



Detalhe da pintura Libertação dos Escravos, de Pedro Américo (1889)

obscurantismo e contra o desconhecimento dos direitos da civilização, do cristianismo e da liberdade. Temos que acabar de uma vez com essa instituição daninha e maldita que ainda existe".

A grande reviravolta ocorreu em junho de 1887, quando dom Pedro II viajou para a Europa com o objetivo de cuidar da saúde, debilitada pelo diabetes, e a princesa Isabel assumiu a Coroa pela terceira e última vez. Católica fervorosa e abolicionista convicta, ela decidiu que era chegada o momento de romper o acordo pela abolição gradual e sepultar imediatamente a escravidão. O plano só não vingou em 1887 porque o primeiro-ministro do Império era o Barão de Cotegipe, e o mesmo senador que no ano seguinte faria discursos inflamados contra o projeto da Lei Áurea. O primeiro-ministro escravagista fez de tudo para frear os ímpetos da princesa.

Apoiados por Isabel, senadores e deputados apresentaram diversos projetos de lei abolicionistas em 1887. Uma proposta do senador Dantas previa o fim da escravidão para 31 de dezembro de 1889 e uma espécie de reforma agrária, com os ex-escravos sendo assentados em glebas às margens de rios e ferrovias. Um projeto do senador Escagnolle Taunay (SC) marcava a abolição para o Natal de 1889, com a obrigação de os ex-escravos continuarem trabalhando para os ex-senhores por mais um ano, agora com salário. A proposta também determinava que o governo espalharia os libertos pelo Império, de modo a evitar a sua "acumulação" nas cidades.

O primeiro-ministro conseguiu engavetar todos os esboços da Lei Áurea. A princesa, então, percebeu que, se quisesse que a causa abolicionista prosperasse, teria que derrubar o chefe do gabinete ministerial. Em março de 1888, usando como desculpa um incidente na segurança do Rio, Isabel exigiu que Cotegipe demitisse o chefe de polícia da capital. Ofendido, ele se recusou a fazê-lo e renunciou. Livre do incômodo primeiro-ministro, a princesa escolheu como substituto o senador João Alfredo, afinado com as ideias abolicionistas. Isabel, que já tinha o apoio popular, ganhou o respaldo político que lhe faltava para acabar com a escravidão.

Em 3 de maio, na fala do trono, Isabel avisou aos senadores e deputados que queria a aprovação da Lei Áurea, "aspiração aclamada por todas as classes". No dia 8, a proposta do governo chegou à Câmara. No dia 13, o sucinto projeto — com dois curtos artigos — foi transformado em lei. A pressão e a pressa foram tantas que o Senado trabalhou inclusive no sábado e no domingo. A comissão de senadores encarregada de fazer a primeira análise do texto emitiu seu parecer favorável em cinco minutos.

Em todas as sessões, a população encheu as galerias e os arredores da Câmara e do Senado. O deputado Andrade Figueira (RJ), contrário à abolição, irritou-se com a "invasão de pessoas estranhas à Câmara" e disse que a "augusta majestade do recinto" havia virado um "circo de cavalinhos". O deputado Joaquim Nabuco (PE), célebre abolicionista, acusou o colega de ter "coração de bronze".

No final, atropelados pela onda abolicionista, os parlamentares escravocratas já sabiam que perderiam e até passaram a admitir a abolição imediata — mas com a condição de que o governo indenizasse os senhores com títulos da dívida pública. Inúmeros projetos de lei com essa previsão foram apresentados antes e depois da Lei Áurea, mas nenhum vingou. "O cidadão brasileiro não pode ser privado de uma propriedade legal e garantida senão mediante prévia indenização do seu valor. É o que está na lei fundamental do Império", discursou no dia 13 o senador e latifundiário Paulino de Souza.

O historiador Mauro Henrique Miranda de Alcântara, autor de 'D. Pedro II e a Emancipação dos Escravos', explica que a indenização estava fora de cogitação: "O Império vivia uma crise



Choque no Império: a princesa Isabel e o primeiro-ministro Cotegipe divergiam sobre a abolição; para abrir caminho para a Lei Áurea, a regente forçou o político a pedir demissão.

econômica, em parte ainda decorrente da Guerra do Paraguai. Além disso, o movimento abolicionista conseguiu convencer a sociedade de que a escravidão era uma coisa monstruosa. Com tal, seria inadmissível indenizar alguém que havia mantido pessoas escravizadas. Houve quem pedisse que os escravos fossem indenizados".

Ainda na histórica sessão do Senado em 13 de maio de 1888, o senador Paulino encerrou sua fala da seguinte maneira: "São tantas as impaciências que sou obrigado a concluir meu pronunciamento sem demora. Confesso-me vencido. Cumpri, como as circunstâncias permitiram, o meu dever de senador. Agora posso cumprir o de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta hierarquia".

Sarcástico, Paulino referia-se a Isabel. A princesa aguardava no Paço da Cidade a chegada da Lei Áurea, que, para entrar em vigor, dependia de sua sanção. Uma delegação de senadores foi encarregada de levar-lhe o livro de leis, onde ela, com uma pena de ouro, deixaria sua assinatura. O trajeto dos parlamentares demorou mais do que o previsto porque o centro da cidade estava tomado por uma multidão efusiva. "Seria o dia de hoje um dos mais belos da minha vida se não fosse saber meu pai enfermo", disse Isabel aos senadores.

A profecia dos escravocratas não se concretizaria. A libertação dos escravos, abrupta e sem indenização, não levou o Brasil à ruína. Mas implodiu o Império. Os latifundiários do café retiraram a sustentação que vinham dando à Coroa e, em 1889, respaldaram o golpe militar que implantou a República. De acordo com o historiador Bruno Antunes de Cerqueira, presidente do Instituto Cultural Dona Isabel I, havia muita resistência à princesa como herdeira da Coroa, por ser mulher, religiosa, liberal e casada com um estrangeiro (o francês Conde d'Eu), entre outros motivos.

"Num cálculo político, a princesa apostou na abolição como a medida que sedimentaria o seu reinado. Quis mostrar que era, sim, forte e capaz de tomar decisões importantes para o país. Ela indicava que, como imperatriz, continuaria com as medidas abolicionistas e integraria os ex-escravos à sociedade. Isso afrontava a elite agrária. O golpe de 1889 não foi contra o reinado de Pedro II, mas contra o futuro reinado de Isabel".

Marc Ferrez, 1888



População se reúne diante do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, para saudar a princesa Isabel logo após a sanção da Lei Áurea.